

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.666 - DF (2018/0259873-0)

IMPETRANTE : LUCIA PUREZA RIBEIRO MACHADO
IMPETRANTE : LUCELI DO SOCORRO PUREZA MACHADO
ADVOGADOS : CARLOS BERNARDES MENDES - DF012299
ADEMIR BATISTA DA SILVA - DF034393
IMPETRADO : MINISTRO DA DEFESA
INTERES. : UNIÃO

DESPACHO

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra o MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, por suposta omissão no cumprimento da portaria 1.950/2002, no tocante aos valores retroativos relativos à declaração de anistiado do cônjuge da impetrante.

Na fl. 45 dos autos há notícia de mandando de segurança anteriormente impetrado neste Superior Tribunal de Justiça (MS n. 15.559/DF) pela ora impetrante LÚCIA PUREZA RIBEIRO MACHADO, já transitado em julgado, com idênticos pedido e causa de pedir, da relatoria do e. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, conforme a ementa a seguir, *verbis*:

EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 15.559 - DF (2010/0143946-6)
RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : UNIÃO
PROCURADOR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
EMBARGADO : RAIMUNDO CIRENE PINTO
EMBARGADO : JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA
EMBARGADO : LÚCIA PUREZA RIBEIRO MACHADO
ADVOGADO : EVANGELISTA VIEIRA DA SILVA E OUTRO(S)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. ANISTIADO POLÍTICO MILITAR. REPARAÇÃO ECONÔMICA. ATO OMISSIVO REFERENTE AOS EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS. CABIMENTO DO WRIT. INSTAURAÇÃO DE REVISÃO DAS ANISTIAS CONCEDIDAS NÃO É HÁBIL A AFASTAR A CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADAS. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA. PREVISÃO LEGAL. RUBRICA PRÓPRIA. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO ESTABELECIDO NA LEI 10.559/2002. RECONHECIDO O DIREITO DO IMPETRANTE AO INTEGRAL CUMPRIMENTO DA PORTARIA ANISTIADORA. ACÓRDÃO CLARA E SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. IMPOSSIBILIDADE DE NOVO EXAME DA PRÓPRIA QUESTÃO DE FUNDO. DECLARATÓRIOS ACOLHIDOS, EM PARTE, SEM EFEITOS INFRINGENTES, COM A INTEGRAÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO, APENAS, PARA ESCLARECER QUE A ORDEM É CONCEDIDA, MAS COM A OBSERVÂNCIA DO DECIDIDO NA QUESTÃO DE ORDEM NO

MS 15.706-DF, DESTA SEÇÃO.

1. O art. 535 do CPC é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração, trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão. Assim, não podem ser utilizados com a finalidade de sustentar eventual incorreção do decisor hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo, em ordem a viabilizar, em sede processual inadequada, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido.

2. No caso dos autos, o acórdão embargado, de forma clara e expressa, afastou fundamentadamente todas as preliminares arguidas e reconheceu a presença de direito líquido e certo do impetrante, concedendo a ordem postulada para determinar o imediato pagamento dos valores devidos; esclarecendo que, em caso de manifesta indisponibilidade orçamentária, o pagamento deverá ser efetuado mediante regular processo de execução contra a Fazenda Pública, com a expedição de precatório (art. 730 do CPC).

3. É de rigor a integração do acórdão objurgado no que concerne à necessidade de observância da ressalva de que a concessão da segurança tornar-se-á prejudicada se sobrevier revisão administrativa da Portaria concessiva de direitos, nos moldes fixados na Questão de Ordem havida no julgamento do MS 15.706/DF pela egrégia 1ª. Seção.

4. Embargos de Declaração, acolhidos, em parte, sem efeitos infringentes, para explicitar que a ordem é concedida, mas com a observância do decidido na Questão de Ordem no MS 15.706-DF, desta Seção.

Nesse contexto, determino a remessa dos autos ao Gabinete do e. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, para manifestação sobre possível prevenção.

Publique-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Relator